

A. I. Nº - 206951.0017/23-0
AUTUADO - ELSON ATACADISTA DISTRIBUIDOR LTDA.
AUTUANTE - GERALDA INÊS TEIXEIRA COSTA
ORIGEM - DAT SUL / INF AZ SUDOESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET 16/09/2024

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0206-02/24-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. REGISTRO DE APURAÇÃO. ERRO NA APURAÇÃO DO IMPOSTO. Imputação efetuada com base em levantamento de conta corrente fiscal. Apurado não cumprimento dos percentuais de receita para usufruir do previsto no Decreto nº 7.799/00. Infração subsistente. Rejeitada a preliminar de nulidade e indeferido o pedido de diligência fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 21/08/2023, refere-se à exigência de R\$ 4.995.058,24 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em decorrência da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 003.002.004: Recolhimento a menos do ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, nos meses de janeiro 2019 a dezembro de 2020. Enquadramento legal: Arts. 24 a 26 da Lei 7014/96 C/C art. 305 do RICMS-BA. Multa: 60%. Art. 42, II, “a” da Lei 7.014/96.

Complemento: “Falta de cumprimento do que determina o art. 1º, inciso IV do Decreto nº 7.799/00. As vendas para contribuinte inscrito não atingem o percentual estabelecido no referido Decreto, conforme EFD e demonstrativos anexos”.

O Autuado, por meio de advogado, apresentou impugnação datada de 24/10/2023 (fls. 45 a 61 do PAF). Inicialmente, requer, com fulcro no artigo 272, § 5º do CPC, que todas as intimações alusivas ao presente feito sejam dirigidas exclusivamente aos seus Patronos e endereçadas a estes no endereço constante do rodapé da defesa, em razão da celeridade processual.

Reproduz a descrição da Infração e afirma que não obstante o louvável esforço despendido na lavratura do auto de infração em apreço, a ação fiscal não merece prosperar, uma vez que:

1. A autoridade fiscal não observou a previsão contida nos §§ 3º e 4º do Decreto 7799/00, para gozo do benefício fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, vez que, consta no seu demonstrativo (Doc. 04 – arquivo em mídia) a relação de vendas destinadas **as pessoas jurídicas, contribuintes e não contribuintes do ICMS, desconsiderando para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, ser considerado como saída para contribuinte.**
1. Constata-se na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia), que a **mesma, poderia usufruir do benefício da redução da base de cálculo do ICMS, no período fiscalizado, por ter atendido ao requisito legal, relacionado ao mínimo de 50% da sua receita com vendas a pessoas jurídicas contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas equiparadas a contribuintes** (Doc. 06 – arquivo em mídia).

Diz que não procede a exigência fiscal em comento, por isso, essa Junta de Julgamento Fiscal, se não decidir pela nulidade da ação fiscal, certamente a julgará improcedente, consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Explica: Em que pese o denodo da autoridade fiscal, sua ação fiscal não merece prosperar por não considerar as operações de saídas destinadas a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, fato que a levou a presumir que o autuado não atingiu o percentual de 50% exigido pelo artigo 1º, inciso IV do Decreto 7799/00, para gozo do benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS.

Isto porque, assim estabelece o § 3º do mesmo dispositivo legal, “*ipsis litteris*”: “O tratamento tributário previsto neste artigo se estende às operações internas realizadas de estabelecimentos de contribuinte inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS), sob os códigos de atividades econômicas constantes dos itens 12-A, 13, 14-A, 14-B e 14-C do Anexo Único deste decreto destinadas a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, podendo, para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, ser considerado como saída para contribuinte”.

Alega que vem comprovar com a planilha demonstrativa em anexo (Doc. 04), que os CPF relacionados pelos Autuantes em seu demonstrativo que fundamenta a acusação fiscal, se referem as saídas de mercadorias que se destinaram a centenas de pessoas jurídicas não contribuintes do ICMS, sendo que tais pessoas jurídicas são equiparadas a contribuintes do referido imposto, para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, como prevê o próprio Decreto instituidor do mencionado benefício fiscal.

Ressalta que nos termos do art. 1º, I do Decreto nº. 7.799/2000, como se trata de estabelecimento cuja receita bruta do exercício anterior (exercício de 2020) foi superior a R\$ 45.000.000,00, a redução da base de cálculo deve ser aplicável, o valor global das saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, correspondeu, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, ao percentual de faturamento de 50%, regra esta atendida pelo estabelecimento autuado em todos os meses do ano de 2020, razão pela qual não devem ser exigidas as devidas diferenças, em cada uma dessas operações que foram realizadas nessas condições.

Reproduz o § 4º do mesmo dispositivo legal: “*O valor das vendas de que trata o parágrafo anterior deverá ser somado ao das saídas destinadas a contribuintes do ICMS para efeito de verificação da correspondência em relação ao faturamento total prevista no caput deste artigo*”.

Diz que se verifica no demonstrativo apresentado pela autoridade fiscal (Doc. 05), que a Fiscalização deixou de incluir o valor das vendas realizadas para pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, considerando o número do CPF, quando lhe caberia buscar a verdade dos fatos, ou seja, verificar se tais pessoas jurídicas eram ou não portadoras de CNPJ, para efeito de verificação da correspondência em relação ao faturamento total do período de apuração do imposto.

Informa que apresenta planilha demonstrativa (Doc. 05) comprovando que a Fiscalização desconsiderou a condição de pessoa jurídica ao deixar de apurar se os CPFs constantes das notas fiscais se referiam a pessoas jurídicas ou a consumidores finais.

Também informa que apresenta os extratos da situação cadastral dos contribuintes (Doc. 06), a que se refere o levantamento fiscal como pessoas físicas, portadoras de CPF, que apesar da notação “isento”, no campo de inscrição estadual, na realidade, são vendas efetuadas a contribuintes inscritos e ativos no cadastro estadual, o que induz à licitude da redução de base de cálculo.

Com as informações trazidas nas planilhas, espera que a Autuante concorde que nelas constam contribuintes na condição de “ambulantes”, e que este erro ocorreu devido a ambulantes que não possuem CNPJ, mas CPF, e para cada um deles foi atribuída inscrição estadual isenta, como se vê na mídia anexa (doc. 06).

A título exemplificativo, alega que no demonstrativo fiscal (Doc. 04), no mês de janeiro, a Autuante informa o total de vendas no montante de R\$ 5.345.180,04, do qual afirma que: R\$ 856.361,41 (16,02%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.488.818,63 (83,98%) seriam

vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.345.180,04, todas as vendas do mês de janeiro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.672.590,02, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício.

Alega que, analisando a planilha que elaborou (Doc. 05) para o mês de janeiro, obteve o montante de R\$ 2.677.976,25, 50% de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.

Quanto ao mês de fevereiro, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.539.030,09, do qual afirma que: R\$ 807.083,18 (17,78%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 3.731.946,91 (82,22%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.539.030,09, todas as vendas do mês de fevereiro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.259.515,05, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. Informa que, analisando a planilha que elaborou (Doc. 05), para o mês de fevereiro, obteve o montante de R\$ 2.301.946,00 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes.

Quanto ao mês de março, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.543.259,70, do qual afirma que: R\$ 855.667,00 (18,83%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 3.687.592,70 (81,17%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.543.259,70, todas as vendas do mês de março e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.271.629,85, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. Ocorre que, analisando a planilha que elaborou (Doc. 05), para o mês de março, obteve o montante de R\$ 2.275.205,52 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes.

Ademais, requer a designação de diligência Fiscal *in loco*, conforme preconiza o artigo 145 do RPAF, com o intuito de verificar o *quantum* alegado relativo aos meses de abril a dezembro de 2019 para que venha a ser considerada todas as vendas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas equiparadas a contribuintes, garantindo assim, o tratamento tributário previsto no Decreto 7.799/00.

Quanto ao mês de janeiro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.955.924,51, do qual afirma que: R\$ 862.319,19 (14,48%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.093.605,32 (85,52%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.955.924,51, todas as vendas do mês de abril e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.977.962,25, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. Ocorre que, analisando a planilha elaborou (Doc. 04), para o mês de abril, obteve o montante de R\$ 3.552.168,80 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes.

Quanto ao mês de fevereiro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.418.642,84, do qual afirma que: R\$ 895.399,40 (16,52%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.523.243,44 (83,48%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.418.642,84, todas as vendas do mês de fevereiro/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.709.321,42, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05– arquivo em mídia) para o mês de fevereiro/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 2.976.757,49 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de março/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 6.864.759,74, do qual afirma que: R\$ 1.086.311,00 (15,82%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.778.448,74 (84,18%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 6.864.759,74, todas as vendas do mês de março/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 3.432.379,87, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de março/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.504.238,98 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de abril/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.807.376,51, do qual afirma que: R\$ 968.401,76 (16,68%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.438.974,75 (83,32%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.807.376,51, todas as vendas do mês de abril/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.903.688,26, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de abril/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.552.168,80 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de maio/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.634.249,40, do qual afirma que: R\$ 952.231,81 (16,90%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.682.017,59 (83,10%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.634.249,40, todas as vendas do mês de maio/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.817.124,70, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de maio/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.725.101,28 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de junho/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.860.323,19, do qual afirma que: R\$ 783.274,02 (16,12%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.077.049,17 (83,88%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.860.323,19, todas as vendas do mês de junho/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.430.161,60, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de junho/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.198.071,37 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de julho/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.201.236,18, do qual afirma que: R\$ 959.178,60 (18,44%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.242.057,58 (81,56%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.201.236,18, todas as vendas do mês de julho/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.600.618,09, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de julho/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 4.016.381,24 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de agosto/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.259.789,25, do qual afirma que: R\$ 749.855,35 (14,26%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.509.933,90 (85,74%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.259.789,25, todas as vendas do mês de agosto/2020 e considerando o percentual

de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.629.894,63, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de agosto/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.515.656,33 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de setembro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.642.759,54, do qual afirma que: R\$ 611.234,11 (13,17%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.031.525,43 (86,83%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.642.759,54, todas as vendas do mês de setembro/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.321.379,77, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de setembro/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.495.740,09 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de outubro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.504.967,45, do qual afirma que: R\$ 698.416,87 (15,50%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 3.806.550,58 (84,50%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.504.967,45, todas as vendas do mês de outubro/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.252.483,73, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de outubro/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.437.915,34 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de novembro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.896.269,68, do qual afirma que: R\$ 657.990,33 (13,44%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.238.279,35 (86,56%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.896.269,68, todas as vendas do mês de novembro/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.448.134,84, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia) para o mês de novembro/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.717.752,73 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de dezembro/2020, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 6.518.025,66, do qual afirma que: R\$ 899.406,21 (13,80%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.618.619,45 (86,20%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 6.518.025,66, todas as vendas do mês de dezembro/2020 e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7.799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 3.259.012,83, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Como se vê na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05) para o mês de dezembro/2020, a empresa obteve o montante de R\$ 3.997.059,59 de saídas destinadas a contribuintes ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Informa, ainda, que a planilha apresentada (Doc. 05), possui os seguintes dados: CNPJ, razão social, número da nota fiscal, chave da nota fiscal e valor da nota fiscal, para a fácil elucidação e posterior confirmação de que faz jus ao benefício fiscal instituído no Decreto 7799/00, uma vez que observou e ultrapassou, em todos os meses, ao percentual de 50% de saídas destinadas a

contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, garantindo assim, o tratamento tributário previsto no Decreto supracitado.

Diante da análise da planilha apresentada (Doc. 05), afirma que poderia usufruir do benefício da redução da base de cálculo do ICMS, no período fiscalizado, por ter atendido ao requisito legal, relacionado ao mínimo de 50% da sua receita em vendas a pessoas jurídicas.

Registra que o princípio basilar do processo administrativo fiscal é o da verdade material, que não pode ser mitigado em favor do Fisco, tão pouco em favor do contribuinte ou autuante, desse modo, cabia a autoridade fiscal buscar a verdade material junto ao próprio *site* da SEFAZ/BA, no campo de Inspeção Eletrônica – Cadastro - Resumo Cadastral – DIE, para identificar que os varejistas que adquiriram mercadorias do Autuado não são consumidores final, mas sim contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes.

Nesse sentido, traz à baila, excertos dos ACÓRDÃOS CJF Nº 0263-11/20-VD, CJF Nº 0063-12/20, CJF Nº 0321-11/05, CJF Nº 0231-11/21-VD, JJF Nº 0159-01/16 que atestam a regularidade do procedimento do Autuado, bem como decisões correlatas:

“1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL ACÓRDÃO CJF Nº 0263-11/20-VD EMENTA: ICMS. ALÍQUOTA. ERRO NA DETERMINAÇÃO. DECRETO Nº 7.799/00. REDUÇÃO NA BASE DE CÁLCULO; a) SAÍDAS PARA CONTRIBUINTES NÃO INSCRITOS. Infração parcialmente elidida;

O autuado, na peça de defesa traz um trabalho, por amostragem, com a finalidade de demonstrar que, apesar da notação “isento”, no campo de inscrição estadual, na realidade, são vendas efetuadas a contribuintes inscritos e ativos no cadastro estadual, o que induz à lícitude da redução de base de cálculo. Não obstante as informações trazidas nas planilhas acima, o autuante concorda que nelas constam contribuintes na condição de “ambulantes”, e que este erro ocorreu devido a ambulantes que não possuem CNPJ, mas CPF, e para cada um deles foi atribuída inscrição estadual isenta, quando o campo próprio deveria ter sido preenchido com a inscrição cadastral do ambulante. Em decorrência deste fato, o autuante refez as planilhas originárias, o que reduziu o valor da infração, consoante, demonstrativo sintético de fls. 1060, e analítico de fls. 1061 a 1119, dos quais o contribuinte foi cientificado. Concordo com as correções efetuadas pelo autuante, e a infração procede em parte nos valores abaixo, reproduzidos do demonstrativo de fl. 1060, com ICMS no total de R\$ 27.075,40.”

Exigência subsistente em parte, após a exclusão das operações de circulação de mercadorias destinadas a ambulantes, os quais se enquadram na condição de contribuintes do ICMS. Infração parcialmente caracterizada.

Diz seria possível e necessária a busca da verdade material, em providências da autuante que consubstanciassem a instrução do processo administrativo fiscal. Assim, a imputação de infração em apreço fere o princípio da verdade material, uma vez que a autoridade fiscal desconsidera as pessoas jurídicas para considerá-las como consumidores final.

Acrescenta que a CF/88 e as leis infraconstitucionais fundamentais que lhe seguem, atribuem encargos, deveres ou funções para os órgãos da administração pública que devem se desincumbir deles com a maior presteza possível. Nesse sentido, a instauração, o preparo, a instrução e a decisão do processo administrativo fiscal devem observar, entre outros, princípios como o da verdade material, da legalidade, da ampla defesa, do devido processo legal (art. 2º do RPAF/BA).

Nesse sentido, afirma que é indispensável à demonstração pelo Fisco quanto ao critério adotado, a fonte e demais dados necessários ao entendimento e comprovação da acusação fiscal, configura inobservância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Isto porque o administrador fiscal, como todos os administradores públicos, tem o seu campo de ação perfeitamente delimitado pela lei, não podendo agir fora dos parâmetros fixados pelo legislador, porquanto sua função própria é a de aplicador das leis, é a de fazer as pessoas cumprirem as leis.

Frisa que o Decreto nº 7.629/99, prevê os princípios de direito que devem ser perseguidos no processo administrativo fiscal, com destaque aos princípios da verdade real e da ampla defesa, razão porque os julgadores devem perquirir a verdade fática, abstraindo a versão unilateral da

autoridade fiscal, notadamente para combater eventuais excessos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Administrativa, sendo que a penalidade somente deve ser aplicada à luz de documentos comprobatórios da suposta infração.

Também destaca que o agente público exerce uma atividade vinculada, portanto, fica obrigado a agir de acordo com o que determina a legislação que trata da matéria, não cabendo qualquer margem de discricionariedade quanto ao modo de apreciação dos fatos apurados.

A inobservância dessa vinculação corre o risco de violar as disposições do artigo 142 do Código Tributário Nacional (CTN), que transcreve.

Menciona que a função administrativa tributária deve ser exercida pela autoridade fiscal em obediência ao princípio da legalidade objetiva, em que o tributo será tornado líquido e certo e exigido dentro de mais estrita legalidade, agindo o Fisco com integral imparcialidade. Portanto a função fiscal, exercício do poder-dever da autoridade administrativa para exigir o pagamento do tributo devido e/ou controlar e fiscalizar o seu correto pagamento, está sujeita à obediência ao princípio da reserva legal. Sobre o tema, reproduz ensinamentos da Professora Maria Sylvia Zanella di Pietro.

Ressalta que a ação da autoridade fiscal, impulsionada pelo dever de ofício, tem de apurar o valor do tributo de acordo com os verdadeiros fatos praticados pelo contribuinte, investigando-os sem qualquer interesse no resultado final, já que o princípio da legalidade objetiva exige do Fisco uma atuação oficial e imparcial para obtenção da verdade dos fatos. Apresenta o entendimento do CONSEF nesse sentido, por meio dos ACÓRDÃOS JJF Nº 0150-05/16, JJF Nº 0117-04/14, CJF Nº 0013-11/15, transcrevendo as ementas.

Por derradeiro, requer a designação de diligência Fiscal *in loco*, conforme preconizado no artigo 145 do RPAF, com o intuito de verificar o *quantum* alegado, para que sejam consideradas todas as vendas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, garantindo assim, o tratamento tributário previsto no Decreto 7799/00, e se assim não entender, requerer o prazo de 6 (seis) meses, para a produção da planilha demonstrativa, relativa aos meses de maio a dezembro de 2020, uma vez que tal apuração, requer a contabilização de todas as notas fiscais e sua devida correlação com contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes.

Por todo exposto e por tudo o mais que consta dos autos, requer seja decretada a nulidade do auto de infração em apreço, e se assim não entender a improcedência da ação fiscal em tela.

Também requer, desde já, com fulcro no artigo 272, § 5º do CPC, que todas as intimações alusivas ao presente feito sejam dirigidas exclusivamente aos seus patronos e endereçadas a estes no endereço constante do rodapé da presente defesa, em razão da celeridade processual.

A Autuante presta informação fiscal às fls. 87 a 90 dos autos, datada de 24/11/2023.

Salienta se tratar de matéria já julgada procedente (“Acórdão nº920323 de 23/05/2023 da 3ª Junta de Julgamento no AI de nº2069510014/22-2).

Diz que a Impugnante alega que nos cálculos da proporcionalidade exigida pelo Dec. 7799/2000; para que a empresa faça jus ao benefício, da redução da base de cálculo nesse prevista, não se incluiu vendas a contribuinte isento de Inscrição cadastral, e pessoa jurídica equiparada a contribuinte.

Quanto a tal argumento, a Autuante questiona: “Tais contribuintes possuem CNPJ e ou CPF! Porque não foram informados nos arquivos?

Seguindo, diz que a Impugnante apresenta em mídia alguns documentos onde as vendas foram efetuadas com o CPF do adquirente, nos quais consta observação “contribuinte isento de Inscrição”, o que, ela, Autuante, entende equivaler a vendas a consumidor, ressaltando não existir “contribuinte isento de inscrição!” e “que na EFD da autuada também não consta nenhuma

informação sobre CPF ou contribuinte isento de inscrição! O local reservado a essa informação está em branco daí a conclusão de que se trata de consumidor! Mesmo porque, “o contribuinte Isento de Inscrição”, segundo a defesa, possui CNPJ ou CPF faltou informar nos arquivos!

Fala que a defesa alega o lançamento não observou o previsto nos parágrafos 3º e 4º do dec. 7799/00, mas, a autuação decorre de infração do previsto no art. 1º do referido decreto, necessário e indispensável requisito para usufruir do benefício fiscal previsto no citado decreto, uma vez que a Autuada não alcançou os percentuais ali assentados:

Art. 1º Nas operações de saídas internas de estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único que integra este Decreto, destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS do decreto_2000_7799 Estado da Bahia, a base de cálculo das mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes nos itens 1 a 16 do referido anexo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das saídas destinadas a contribuintes do ICMS corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, aos seguintes percentuais de faturamento:

I - 65% (sessenta e cinco por cento), tratando-se de estabelecimento cuja receita bruta do exercício anterior seja igual ou inferior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais)

...

IV - 50% (cinquenta por cento), tratando-se de contribuinte cuja receita do exercício anterior seja superior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Informa que, no item 02 da mesma defesa, a Impugnante se refere a uma planilha a autuada teria elaborado em mídia. Ocorre que, na referida mídia apenas existe uma relação de dados, e não uma planilha e que seria necessário que a defesa tivesse elaborado realmente uma planilha, com os cálculos, provando os percentuais de venda para consumidor e para pessoa jurídica, pois se observa nos documentos ali apresentados que as operações de venda foram feitas com CPFs, pessoas físicas, e não para pessoas jurídicas, como exige o Decreto 7799/00.

Informa ter aberto várias das NFs anexadas a essa informação e não há nenhum registro de evento ocorrido, o que prova que a mercadoria foi retirada pelo adquirente “consumidor”.

Também observa que os cálculos apresentados pela auditoria foram todos feitos com base na EFD da recorrente, que não informa valores, como alega a Impugnante. Ademais, grande volume das vendas da autuada é comercialização de bebidas alcoólicas, cod.de NCMs 2204-2208 para os quais a autuada não está habilitada a utilizar o benefício, conforme registra o art. 3º F do retro mencionado Decreto.

Segundo, diz que a impugnação se refere a valores que carece de cálculos para serem conferidos, e que na EFD não existe informação a respeito do destinatário das vendas que autuada afirma ter praticado a contribuinte e/ou a este equiparado, não sendo também verdade a informação de que apresentou cadastro de tais destinatários das mercadorias.

Ressalta que o Impugnante se refere a valores informados pela auditoria, mas os valores trabalhados são os contidos na EFD da Autuada e que ela não alcançou o percentual de 50% do faturamento em vendas para outros contribuintes do ICMS (condição para usufruir do benefício fiscal), o que não foi provado pelo contribuinte autuado, como pode ser constatado nos cálculos de proporcionalidade anexo ao PAF (em mídia).

Fala que no último parágrafo da peça de defesa (fls. 56) a Impugnante alega a necessidade do fisco demonstrar o critério adotado e da fonte dos dados utilizada na elaboração do demonstrativo de débito, mas, para tanto, basta observar o cabeçalho dos demonstrativos de fls. 09 e mídia fls. 36 e 37, onde consta escrito que o “Levantamento realizado com base nas Notas Fiscais e nos arquivos de EFD fornecidos pelo contribuinte”, o que também pode ser confrontados com os dados constantes na EFD, elaborada pelo próprio contribuinte autuado, de modo que também os cálculos da proporcionalidade, anexo ao PAF em mídia, tiverem como fonte os dados da EFD -Registro de saídas, sem subtração nem acréscimo.

Por fim, ressalta que o procedimento fiscal realizado por determinação da DIREF/SAT por esta ter verificado que o contribuinte não preenchia os requisitos exigidos pelo Dec. 7799/2000, para usufruir do benefício nele previsto.

Diante do exposto e de todas as provas que compõem o presente PAF, pede a procedência do presente Auto de Infração.

Às fls. 107-110, consta petição do Impugnante, protocolada em 22/11/2023, requerendo a juntada nos autos de planilhas em mídia CD, elaboradas pela empresa autuada e referente aos meses abril a junho 2019, na qual alega que a **autuada poderia usufruir do benefício da redução da base de cálculo do ICMS, no período fiscalizado, por ter atendido ao requisito legal, relacionado ao mínimo de 50% da sua receita em vendas a pessoas jurídicas (contribuintes do ICMS), a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ equiparadas a contribuintes) e a consumidores finais.**

Aduz que a título exemplificativo, observa no demonstrativo fiscal, que no mês de **abril**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.532.292,40, do qual afirma que: R\$ 791.363,85 (17,46%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 3.740.928,55 (82,54%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.532.292,40, todas as vendas do mês de abril e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.266.146,20 para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de abril, a empresa obteve o montante de R\$ R\$ 2.272.229,74 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **maio**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.673.080,41, do qual afirma que: R\$ 893.423,99 (15,75%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.779.656,42 (84,25%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.673.080,40, todas as vendas do mês de maio e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.836.540,21, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada, para o mês de maio, a empresa obteve o montante de R\$ 2.852.589,91 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **junho**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 4.371.069,36, do qual afirma que: R\$ 657.718,06 (15,05%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 3.713.351,30 (84,95%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 4.371.069,36, todas as vendas do mês de junho e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.185.534,68, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de dezembro, a empresa obteve o montante de R\$ 2.531.651,49 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Salienta que as planilhas elaboradas pela autuada referente ao ano da autuação, possuem os seguintes dados: **CNPJ, razão social, número da nota fiscal, valor da nota fiscal e chave de acesso, para a fácil elucidação e posterior confirmação de que a empresa autuada faz jus ao benefício fiscal instituído no Decreto 7799/00**, uma vez que observou e ultrapassou, em todos os meses, ao percentual de 50% de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, garantindo assim, o tratamento tributário previsto no Decreto supracitado.

Concluindo, REQUER, que o CONSEF/BA decrete a **NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO EM APREÇO, e se assim não entender** REQUER, a **IMPROCEDÊNCIA** da ação fiscal em tela, por ser de direito e da mais LÍDIMA JUSTIÇA.

Às fls. 114-118, consta outra nova petição do Impugnante, protocolada em 06/12/2023, requerendo a juntada nos autos de planilhas em mídia CD, elaboradas pela empresa autuada e referente aos meses julho a dezembro 2019, na qual alega ter alcançado o percentual mínimo de **50% da sua receita em vendas a pessoas jurídicas (contribuintes do ICMS), a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ equiparadas a contribuintes) e a consumidores finais, pedindo:**

Observar no demonstrativo fiscal, que no mês de **julho**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 6.357.304,28, do qual afirma que: R\$ 1.016.556,22 (15,99%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.340.748,06 (84,01%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 6.357.304,28, todas as vendas do mês de julho e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 3.178.652,14 para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de julho, a empresa obteve o montante de R\$ R\$ 3.204.862,14 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **agosto**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.705.036,17, do qual afirma que: R\$ 911.280,27 (15,97%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.793.755,90 (84,03%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.705.036,17, todas as vendas do mês de agosto e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.852.518,09, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada, para o mês de agosto, a empresa obteve o montante de R\$ 2.861.210,20 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **setembro**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.767.010,44, do qual afirma que: R\$ 999.871,22 (17,34%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 4.767.139,22 (82,66%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.767.010,44, todas as vendas do mês de setembro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.883.505,22, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de setembro, a empresa obteve o montante de R\$ 2.976.632,22 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **outubro**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 6.328.692,25, do qual afirma que: R\$ 997.617,47 (15,76%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.331.074,78 (84,24%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 6.328.692,25, todas as vendas do mês de outubro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 3.164.346,13 para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de outubro, a empresa obteve o montante de R\$ 3.170.907,01 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **novembro**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 5.933.242,51, do qual afirma que: R\$ 848.109,90 (14,29%) seriam vendas para contribuintes de ICMS

e R\$ 5.085.132,61 (85,71%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 5.933.242,51, todas as vendas do mês de novembro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 2.966.621,26, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada, para o mês de novembro, a empresa obteve o montante de R\$ 2.846.306,23 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

Quanto ao mês de **dezembro**, a autuante informou o total de vendas no montante de R\$ 6.575.657,92, do qual afirma que: R\$ 927.882,44 (14,11%) seriam vendas para contribuintes de ICMS e R\$ 5.647.775,48 (85,89%) seriam vendas para não contribuintes de ICMS. Deste modo, sendo o montante de R\$ 6.575.657,92, todas as vendas do mês de dezembro e considerando o percentual de 50% previsto no Decreto 7799/00, a empresa autuada teria de alcançar o valor de R\$ 3.287.828,96, para que pudesse continuar a usufruir de tal benefício. **Ocorre que, Srs. Julgadores, analisando a planilha elaborada pela autuada para o mês de dezembro, a empresa obteve o montante de R\$ 3.296.111,66 de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes ou a consumidores finais, não prevalecendo a acusação fiscal.**

As planilhas elaboradas pela autuada referente ao ano da autuação, possuem os seguintes dados: **CNPJ, razão social, número da nota fiscal, valor da nota fiscal e chave de acesso, para a fácil elucidação e posterior confirmação de que a empresa autuada faz jus ao benefício fiscal instituído no Decreto 7799/00**, uma vez que observou e ultrapassou, em todos os meses, ao percentual de 50% de saídas destinadas a contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas (portadoras de CNPJ) equiparadas a contribuintes, garantindo assim, o tratamento tributário previsto no Decreto supracitado.

Por todo exposto e por tudo o mais que consta dos autos, a autuada REQUER, que o CONSEF/BA decrete a **NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO EM APREÇO, e se assim não entender** REQUER, a **IMPROCEDÊNCIA** da ação fiscal em tela, por ser de direito e da mais LÍDIMA JUSTIÇA.

Considerando que: a) após prestada a Informação Fiscal (fls. 87-91), o sujeito passivo se manifestou às fls. 107-111; b) o PAF retornou ao CONSEF sem ciência do Autuante acerca da citada manifestação defensiva, por unanimidade dos julgadores, essa 2ª JJF decidiu converter o PAF em diligência à Infaz de Origem para:

Autuante:

- a) Conhecer e analisar a pertinência dos argumentos apresentados na manifestação defensiva de fls. 107-111;
- b) Produzir Informação Fiscal acerca da diligência nos termos do art. 127, § 6º, do RPAF.

Concluída a diligência, caso haja alteração do valor ajustado na Informação Fiscal, o sujeito passivo deverá ser cientificado para, querendo, manifestar sobre seu resultado dentro de 10 (dez) dias.

Havendo manifestação do sujeito passivo o autuante deverá cientificado.

Após transcorrido o prazo pertinente, o PAF deverá ser retornado ao CONSEF para o prosseguimento processual.

Por consequência, a Autuante presta Informação Fiscal às fls. 177-178. Resumindo as manifestações defensivas, diz que a Autuada argumenta ter alcançado o percentual de vendas exigido pelo o Dec. 7799/02, apresentando dados cadastrais de alguns contribuintes, mas que se trata de empresas com cadastro irregular, (conforme informação do INC anexas) e a vendas para consumidor final, as quais não fazem parte do cálculo percentual, conforme expressado no art. 1º, do decreto 7799/00:

Art. 1º Nas operações de saídas internas de estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do decreto_2000_7799 Anexo Único que integra este Decreto, destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS do Estado da Bahia, a base de cálculo das mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes nos itens 1 a 16 do referido anexo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das saídas destinadas a contribuintes do ICMS corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto

I - 65% (sessenta e cinco por cento), tratando-se de estabelecimento cuja receita bruta do exercício anterior seja igual ou inferior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais)

...

IV - 50% (cinquenta por cento), tratando-se de contribuinte cuja receita do exercício anterior seja superior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Reproduzindo o § 3º, do art. 1º do Dec. 7799/2000, aduz que a Impugnante, na tentativa de confundir os fatos, refere-se a vendas para Consumidor Final, mas, para efeito do benefício fiscal, esse consumidor final teria que ser Pessoa Jurídica com CNPJ, os quais não foram informados nos arquivos da autuada EFD, fonte de todo trabalho de auditoria, tampouco provados nos autos do processo:

§ 3º O tratamento tributário previsto neste artigo se estende às operações internas realizadas de estabelecimentos de contribuinte inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único deste decreto, destinadas a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, podendo, para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, ser considerado como saída para contribuinte.

Ressalta que a Impugnante se refere a valores informados pela auditoria no trabalho, o que não ocorreu, uma vez que a fonte do procedimento fiscal foi a EFD produzida pela Autuada e transmitida à SEFAZ.

Ademais, grande volume das vendas da autuada é a comercialização de bebidas alcoólicas, cod.de NCMs 2204-2208, operação para a qual a Autuada não está credenciada para utilizar o benefício conforme fiscal, conforme expressa o art. 7º do Dec. 7799/2000:

Art. 7º A utilização do tratamento tributário previsto nos arts. 1º, 2º, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-F, 3º-G, 3º-H, 3º-J e 3º-K fica condicionada a que o contribuinte atacadista seja credenciado pelo titular da DIREF.

§ 1º Somente será credenciado o contribuinte:

I - que não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

II - que esteja adimplente com o recolhimento do ICMS;

III - que esteja em dia com a entrega da Escrituração Fiscal Digital - EFD;

IV - cujos sócios possuam certidão negativa de débitos tributários emitida pela SEFAZ.

§ 2º O contribuinte será descredenciado de ofício quando deixar de atender a uma das condições previstas nos incisos do § 1º deste artigo. Nota: A redação atual do art. 7º foi dada pelo Decreto nº 20.136, de 07/12/20, DOE de 08/12/2020, efeitos a partir de 08/12/2020. Redação anterior dada ao art. 7º foi dada pelo Decreto nº 19.025, de 06/05/19, DOE de 07/05/19, para, em consonância com o novo Regimento da Secretaria da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 18.874, de 28 de janeiro

Por fim, ressalta que o trabalho fiscal foi realizado por determinação da DIREF/SAT por esta ter verificado que realmente o contribuinte não preenchia os requisitos exigidos pelo Dec. 7799/2000 para usufruir do benefício neste previsto.

Presente na sessão de julgamento, a representante legal do sujeito passivo preliminarmente anunciou existência de novas petições aportando elementos de prova ainda desconhecidos dos julgadores, ocasião em que solicitou postergação do julgamento do caso por mais 60 (sessenta) dias.

VOTO

Como acima relatado, contendo única infração, o presente Auto de Infração exige o valor de R\$ 4.995.058,24.

Examinando os autos constato estar o PAF consoante com o RICMS-BA e com o RPAF-BA/99, pois o lançamento resta pleno dos essenciais pressupostos formais e materiais e os fatos geradores do crédito tributário constam claramente demonstrados.

Assim, considerando que: a) conforme documentos de fls. 40, 42, bem como do que se percebe nas manifestações defensivas, cópia do Auto de Infração e dos papéis de trabalho indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo do auto foram entregues ao contribuinte; b) na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no art. 142 do CTN; c) a infração está claramente descrita, corretamente tipificada e tem suporte nos demonstrativos e documentos fiscais autuados, emitidos na forma e com os requisitos legais (fls. 05-37); e) a infração está determinada com segurança, bem como identificado o infrator, constato que no estado em que se encontra, não há vício a macular o PAF em análise.

De logo observo tratar-se de exação fiscal relacionada a tributo originalmente sujeito a lançamento por homologação (CTN: art. 150) em que a legislação atribui ao sujeito passivo a prática de todos os atos de valoração da obrigação tributária, inclusive o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta apenas homologar os atos de natureza fiscal do contribuinte no prazo decadencial. Nesse caso, ainda que sobre a obrigação tributária não influam quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, em sendo praticados, os atos são, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação (§§ 2º e 3º do artigo 150 do CTN).

Para efeito homologatório dos prévios procedimentos efetuados pelo contribuinte, mediante uso de ferramenta de auditoria homologada pela SEFAZ-BA, o lançamento tributário em revisão neste órgão administrativo judicante decorre do confronto dos dados registrados pelo contribuinte e compostos no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos contribuintes, mediante fluxo único, computadorizado, de informações empresariais com repercussões tributárias, regularmente transmitidos e recebidos pela SEFAZ sem inconsistências na forma indicada no Ajuste SINIEF 02/09 (Cláusula décima), única escrituração com valor jurídico a provar a favor e contra o contribuinte (Dec. nº 6.022/2007: Art. 2º).

Os demonstrativos/planilhas e documentos suportes identificam e detalham: Dta, NumDocF, chave de acesso, CNPJ, UF, NCM, DescItemC, Quant, Unid, CFOP, OptSimNac, VLIItem, VLDesc, VLIItem, VUnit, VLBcIcms, AliqIcms, VLBcIcmsST, AliqST, VLIcmsST.

Como preliminar de nulidade a Impugnante alegou cerceamento ao direito de defesa dizendo que o fisco não demonstrou o critério adotado, a fonte e demais dados necessários ao entendimento e comprovação da acusação fiscal, o que afasto de pronto, pois: a) como já retro externado, a fonte dos dados do procedimento fiscal foram os contidos na Escrituração Fiscal Digital – EFD elaborada e transmitida sem inconsistências à SEFAZ, a qual, no sentido de homologar o cumprimento das obrigações tributárias advindas de sua movimentação empresarial, foram criteriosamente confrontados com a legislação relativa ao termo de habilitação do contribuinte autuado para uso do benefício fiscal instituído pelo Decreto 7799/2000; b) como se verá na apreciação da matéria de mérito, o contribuinte autuado exerceu seu direito de defesa de forma ampla a partir dos dados da irregularidade constatada e indicados nos demonstrativos suportes da autuação que lhe foram regularmente disponibilizados, sobre os quais demonstrou pleno conhecimento, os contra arrazando em diversas oportunidades.

Por considerar suficientes para formação de minha convicção os elementos contidos nos autos,

com fundamento no art. 147, I, “a”, do RPAF, indefiro o pedido de diligência fiscal entabulado pela Impugnante.

Quanto ao mérito da autuação, apresentando dados contraditórios a partir de controles internos do contribuinte autuado, a impugnação consiste em:

- a) Alegar que a autoridade fiscal não observou a previsão contida nos §§ 3º e 4º do Decreto 7799/00, para gozo do benefício fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, vez que, consta no seu demonstrativo (Doc. 04 – arquivo em mídia) a relação de vendas destinadas **as pessoas jurídicas, contribuintes e não contribuintes do ICMS, desconsiderado para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, ser considerado como saída para contribuinte;**
- b) Constatar-se na planilha elaborada pela autuada (Doc. 05 – arquivo em mídia), que a **mesma, poderia usufruir do benefício da redução da base de cálculo do ICMS, no período fiscalizado, por ter atendido ao requisito legal, relacionado ao mínimo de 50% da sua receita com vendas a pessoas jurídicas contribuintes do ICMS e a pessoas jurídicas equiparadas a contribuintes** (Doc. 06 – arquivo em mídia).

A acusação fiscal é que, conforme dados registrados na Escrituração Fiscal Digital – EFD, fonte do procedimento fiscal, no período auditado, o contribuinte recolheu menos imposto indevidamente reduzindo a base de cálculo nas saídas internas em desconformidade com o determinado no art. 1º, inciso IV do Decreto nº 7.799/00, pois as saídas destinadas a contribuintes inscritos no período fiscalizado não alcançaram o percentual estabelecido no referido Decreto.

Neste particular, ainda que admitindo: a) não constar em muitos documentos fiscais de saídas CNPJ dos destinatários; b) constar em muitos documentos fiscais de saídas CPFs, a Impugnante alega que essas saídas foram destinadas a pessoas jurídicas não contribuintes do ICMS que não foram consideradas para efeito de verificação da correspondência em relação ao faturamento total prevista no caput do artigo 1º, conforme preveem os §§ 3º e 4º, do citado dispositivo legal.

Observando que o período fiscalizado compreendido nestes autos foi janeiro 2019 a dezembro 2020, para sustentar tal alegação, conforme exposto no relatório, pedindo diligência fiscal para verificação das informações ali contidas, a Impugnante procedeu juntadas de demonstrativos em mídia excel vinculando documentos fiscais de saídas, com e sem CPFs, a CNPJs, nas seguintes ocasiões:

- a) Em 26/10/2023, como anexo da Impugnação, para os períodos janeiro a março/2019 e janeiro a dezembro/2020;
- b) Em 22/11/2023, como anexo de petição, para os períodos abril a junho/2019;
- c) Em 06/12/2023, como anexo de petição, para os períodos julho a dezembro/2019;
- d) Em 22/02/2024, como anexo de petição, para os períodos janeiro a dezembro/2021;

Já pautado para julgamento para 23/08/2024:

- e) Em 30/07/2024, como anexo de petição, para período janeiro/2019, para substituir o anteriormente apresentado em 22/02/2024, pedindo “a desconsideração das planilhas anteriormente apresentadas, por identificar alguns equívocos como, divergência entre CPF e CNPJ informados e incorreções na petição de juntada protocolada em 22/02/2024, que podem comprometer a análise e a decisão do referido processo administrativo”;
- f) Em 08/07/2024, como anexo de petição, para os períodos fevereiro a junho/2019, para substituir o anteriormente apresentado em 22/02/2024, pedindo “a desconsideração das planilhas anteriormente apresentadas, por identificar alguns equívocos como, divergência entre CPF e CNPJ informados e incorreções na petição de juntada protocolada em 22/02/2024, que podem comprometer a análise e a decisão do referido processo administrativo”;

Pois bem. O Decreto 7.799/00 dispõe sobre redução de base de cálculo nas operações internas com mercadorias destinadas à comercialização, realizadas por contribuintes do ICMS sob os códigos de atividade indicadas no citado Decreto, inclusive o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral - caso do contribuinte fiscalizado -, mas a utilização do tratamento tributário previsto no referido Decreto fica condicionada à celebração de Termo de Acordo específico para cada contribuinte beneficiado e, dentre as vedações ao benefício fiscal de redução de base de cálculo, encontra-se a saída de mercadoria destinada a consumidor final.

Para discernir o caso e encaminhar meu voto, com meus pertinentes destaques, cabe expor a seguinte normativa:

DECRETO 7799/00:

Art. 1º Nas operações de saídas internas de estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único que integra este Decreto, destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS do Estado da Bahia, a base de cálculo das mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes nos itens 1 a 16 do referido anexo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das saídas destinadas a contribuintes do ICMS corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, aos seguintes percentuais de faturamento:

[...]

IV - 50% (cinquenta por cento), tratando-se de contribuinte cuja receita do exercício anterior seja superior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

...

§ 3º O tratamento tributário previsto neste artigo se estende às operações internas realizadas de estabelecimentos de contribuinte inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único deste decreto, destinadas a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS, podendo, para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, ser considerado como saída para contribuinte;

§ 4º O valor das vendas de que trata o parágrafo anterior deverá ser somado ao das saídas destinadas a contribuintes do ICMS para efeito de verificação da correspondência em relação ao faturamento total prevista no caput deste artigo.

RICMS-BA

Art. 1º O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) tem por finalidade a identificação, localização e classificação do sujeito passivo e respectivos titulares, sócios, responsáveis legais, condôminos e contabilistas, habilitando o contribuinte ao exercício de direitos decorrentes do cadastramento.

§ 1º O contribuinte terá que inscrever cada estabelecimento, ainda que filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou qualquer outro.

§ 2º O estabelecimento não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS será considerado clandestino, ressalvados os casos em que seja dispensada a inscrição cadastral.

...

§ 7º Fica dispensado de inscrição estadual o estabelecimento no qual seja desenvolvida exclusivamente atividade auxiliar, assim entendida, a atividade de apoio administrativo ou técnico exercida no âmbito da empresa, voltada à criação das condições necessárias para o exercício de suas atividades principal e secundárias.

...

Art. 23. O contribuinte é responsável pela verificação, via Internet, da regularidade cadastral do contribuinte que com ele promover transação comercial.

RPAF

Art. 123. É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do auto de infração ou da notificação fiscal no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da intimação.

§ 1º A matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da lide deverá ser alegada de uma só vez.

§ 2º A defesa poderá referir-se apenas a parte da exigência fiscal, assegurando-se ao sujeito passivo, quanto à parte não impugnada, o direito de recolher o crédito tributário com as reduções de penalidades previstas em lei.

§ 5º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-la em outro momento processual, a menos que:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

II - se refira a fato ou a direito superveniente;

III - se destine a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos.

Tratando-se de auditoria para a qual se usou os dados da Escrituração Fiscal Digital – EFD, que o contribuinte regularmente passou ao Fisco atendendo a legislação a respeito, também com meus pertinentes destaques, cabe aqui expor a disciplina aplicável a este caso:

RICMS-BA

Art. 247. A Escrituração Fiscal Digital - EFD se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal, bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (Conv. ICMS 143/06).

...

§ 2º Consideram-se escriturados os livros e documentos no momento em que for emitido o recibo de entrega.

...

Art. 248. A Escrituração Fiscal Digital - EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS inscritos no cadastro estadual, exceto para o microempreendedor individual e para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

Parágrafo único. O contribuinte obrigado ao uso da EFD deverá apresentar a declaração com perfil “B”, com exceção das empresas de energia elétrica, comunicação e telecomunicação signatárias do Convênio ICMS 115/03, que deverão apresentar a declaração com perfil “A”.

Art. 249. O contribuinte obrigado à EFD deve observar o Ajuste SINIEF 02/09, além das Especificações Técnicas do Leiaute do Arquivo Digital e do Guia Prático da EFD-ICMS/IPI, previstos no Ato COTEPE/ICMS nº 44/19.

§ 1º Todos os registros são obrigatórios e devem ser apresentados sempre que existir a informação, exceto os registros B020, B025, B030, B035, B350, B420, B440, B460, B470, B500, B510, C116, C130, C177, C180, C185, C191, C197, C330, C350, C370, C380, C390, C410, C430, C460, C465, C470, C480, C591, C595, C597, C800, C810, C815, C850, C860, C870, C880, C890, D161, D197, D360, H030, 1250, 1255, 1700, 1710, 1900, 1910, 1920, 1921, 1922, 1923, 1925, 1926, 1960, 1970, 1975 e 1980.

§ 2º A EFD deve ser informada mesmo que no período não tenha ocorrido movimentação no estabelecimento.

Art. 250. O arquivo da EFD deverá ser transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22/01/2007, e administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço “<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/>”, e será considerado válido após a confirmação de recebimento pelo Programa Validador e Assinador (PVA).

§ 1º O arquivo deverá ser assinado pelo contribuinte ou por seu representante legal, por meio de certificado digital, do tipo A1 ou A3, emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 2º O contribuinte deverá transmitir arquivo de EFD, por estabelecimento, até o dia 25 do mês subsequente ao do período de apuração, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período.

Art. 251. A retificação da EFD fica sujeita ao que estabelece a cláusula décima terceira do Ajuste SINIEF 02/2009.

§ 1º A solicitação do contribuinte para retificação da EFD fora do prazo previsto na cláusula décima-terceira do Ajuste SINIEF 02/09 será encaminhado por meio do sistema informatizado da SEFAZ no endereço eletrônico <http://www.sefaz.ba.gov.br>.

§ 2º Não terá validade jurídica a retificação da EFD relativa a períodos de apuração em que o contribuinte possua débito tributário em discussão administrativa ou judicial, bem como nos períodos em que esteja sob ação fiscal, salvo quando apresentada para atendimento de intimação do fisco.

AJUSTE SINIEF 02/2009

Cláusula décima terceira O contribuinte poderá retificar a EFD:

I - até o prazo de que trata a cláusula décima segunda, independentemente de autorização da administração tributária;

II - até o último dia do terceiro mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, independentemente de autorização da administração tributária, com observância do disposto nos §§ 6º e 7º;

III - após o prazo de que trata o inciso II desta cláusula, mediante autorização da Secretaria de Fazenda, Receita, Finanças ou Tributação do seu domicílio fiscal quando se tratar de ICMS, ou pela RFB quando se tratar de IPI, nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro de fato no preenchimento da escrituração, quando evidenciada a impossibilidade ou a inconveniência de saná-la por meio de lançamentos corretivos.

§ 1º A retificação de que trata esta cláusula será efetuada mediante envio de outro arquivo para substituição integral do arquivo digital da EFD regularmente recebido pela administração tributária.

§ 2º A geração e envio do arquivo digital para retificação da EFD deverá observar o disposto nas cláusulas oitava a décima primeira deste ajuste, com indicação da finalidade do arquivo.

§ 3º Não será permitido o envio de arquivo digital complementar.

§ 4º O disposto nos incisos II e III desta cláusula não se aplica quando a apresentação do arquivo de retificação for decorrente de notificação do fisco.

§ 5º A autorização para a retificação da EFD não implicará o reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem a homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.

§ 6º O disposto no inciso II do caput não caracteriza dilação do prazo de entrega de que trata a cláusula décima segunda.

§ 7º Não produzirá efeitos a retificação de EFD:

I - de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal;

...

III - transmitida em desacordo com as disposições desta cláusula.

§ 8º No interesse da administração tributária e conforme dispuser a legislação da unidade federada, a retificação da EFD nas situações de que tratam os incisos I e II do § 7º poderá produzir efeitos.

Ressalte-se que no contexto do ICMS a pessoa jurídica deve se inscrever no Cadastro de Contribuintes, antes de iniciar suas atividades e, quando não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS será considerado clandestino, sendo obrigação acessória dos adquirentes de mercadorias se identificar ao fornecedor que também está legalmente obrigado a exigir a identificação do adquirente na venda que efetuar, seja contribuinte ou não do ICMS, qualquer seja sua classe, pessoa jurídica contribuinte ou não, o que também vale na identificação quando para pessoa física.

Neste caso, a Impugnante alegou que os CPFs relacionados pela Autuante no demonstrativo que fundamenta a acusação fiscal, se referem a saídas de mercadorias que se destinaram a centenas de pessoas jurídicas não contribuintes do ICMS, equiparadas a contribuintes do ICMS, para efeito de correspondência do percentual de faturamento à fruição do benefício, como prevê o Dec. 7799/2000.

Aduziu que os contribuintes a que se referem a Autuante como pessoas físicas, portadoras de CPF, mas, constando anotação “isento”, no campo de inscrição estadual do documento fiscal, na realidade, seriam vendas efetuadas a contribuintes inscritos e ativos no cadastro estadual.

Informou que nas planilhas defensivas que elaborou constam contribuintes na condição de “ambulantes”, e que este erro ocorreu devido a ambulantes que possuem CNPJ, e para cada um deles foi atribuída inscrição estadual isenta.

Por sua vez, observando que o grande volume das vendas do Autuado é comercialização de bebidas alcoólicas, cód. de NCM 2204-2208 para os quais o Defendente não está habilitado por seu Termo de Acordo para utilizar o benefício conforme determina o art. 3º F do Decreto 7799/00, a autoridade fiscal autuante informou que os cálculos apresentados pela auditoria e a consequente exação fiscal resultam dos dados constantes da EFD do Autuado, sem qualquer alteração, trabalho que realizou por determinação da DIREF/SAT, por constatar que o contribuinte não preenchia os requisitos exigidos pelo Dec. 7799/2000 para usufruir do benefício nele previsto.

Aduz que documento da DIREF, consta identificado: (I) não cumprimento dos percentuais do Dec. 7799/00 de saídas para contribuintes inscritos e PJ não contribuinte, não podendo utilizar a redução em nenhum dos meses de 2019 e 2020; (II) aplicação da redução na saída para pessoa física.

Ora, considerando que: **a)** a ação fiscal tem base na Escrituração Fiscal Digital – EFD, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal, bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, única forma de registros com valor jurídico para retratar a verdade material da movimentação empresarial com repercussão tributária dos contribuintes; **b)** em caso de equivocado registros na EFD, por ser a única forma com valor jurídico para retratar a verdade material das relações comerciais do contribuinte, repito, a correção de tais arquivos deve ser efetuada nos termos previstos da específica normativa a respeito, contida no Ajuste SINIEF retro reproduzido, uma vez que a legislação do ICMS não admite escrituração de livros fiscais fora do ambiente digital; **c)** apresentada em desconformidade com o art. 123 do RPAF, os elementos de provas das alegações defensivas são meros “Relatórios de Vendas”, de natureza interna e extrafiscal (incapaz de sobrepor à EFD), constando os dados relativos ao nome do cliente, CNPJ, valor, número da Nota Fiscal, CPF (em alguns casos), os quais, na forma em que foram aportados aos autos, incompletos nos períodos (em diferentes/diversas datas) e dados incongruentes (parciais e com fito de substituir alguns dos períodos autuados neste AI: Exercícios 2019/2020), as duas últimas petições (30/07/ e 08/08/2024) ainda que contendo dados substitutivos de apenas o primeiro dos 4 semestres contidos neste lançamento, as petições informam atingimento de percentual mínimo no exercício 2021, que não integra o lançamento em julgamento; **d)** tratando-se de benefício fiscal, a legislação tributária deve ter interpretação literal e restritiva (CTN: art. 111, inciso I), não comportando outros métodos elucidativos, ponderando as razões de acusação e defesa, bem como os elementos de prova autuado, tenho por confirmado o cometimento da infração acusada, restando ao contribuinte, se vencido siga inconformado, recurso voluntário à segunda instância deste CONSEF

As intimações relativas a este PAF devem atender à forma regulamentada (RPAF: Arts. 108/109), mas nada impede que cópia seja encaminhada aos patronos do sujeito passivo, cadastrando seu correio eletrônico junto a esta SEFAZ.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 206951.0017/23-0**, lavrado contra **ELSON ATACADISTA DISTRIBUIDOR LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento

do imposto no valor de **R\$ 4.995.058,24**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 30 de agosto de 2024.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

ZIRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

